



UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

ANA CAROLINA AQUINO DE MACEDO

ANA KARLA BARRETO FERREIRA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA
CRIANÇA DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

JOÃO PESSOA/PB

2013.

ANA CAROLINA AQUINO DE MACEDO
ANA KARLA BARRETO FERREIRA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA
CRIANÇA DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal da
Paraíba – UFPB como pré-requisito para
conclusão do curso de Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Ms. Andréia Escarião

João Pessoa/PB
2013.

M141i Macedo, Ana Carolina Aquino de.

A importância do brincar para o desenvolvimento da criança da educação infantil / Ana Carolina Aquino de Macedo, Ana Karla Barreto Ferreira Silva. – João Pessoa: UFPB, 2013.

41f.

Orientador: Andréia Escarião

Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Educação infantil. 2. Brincadeiras. 3. Professor. I. Silva, Ana Karla Barreto Ferreira. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 373.24 (043.2)

ANA CAROLINA AQUINO DE MACEDO
ANA KARLA BARRETO FERREIRA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA
CRIANÇA DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal da
Paraíba – UFPB como pré-requisito para
conclusão do curso de Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Ms. Andréia Escarião

Banca Examinadora

Prof^a Ms Andréia Escarião

Prof^a. Glória das Neves Dutra Escarião

Prof^a. Sandra Santiago

João Pessoa/PB
2013.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, meu maior amigo e companheiro de todos os momentos, que me deu coragem e ânimo para dar continuidade a este trabalho.

Ao meu esposo Felipe do Nascimento Silva pelo companheirismo, compreensão e incentivo nos meus estudos.

Aos meus pais Maria do Socorro Martins Barreto Ferreira e Severino Ferreira da Costa por sempre estarem ao meu lado me ajudando a ser uma pessoa melhor e dedicada naquilo que faço.

As professoras e direção da Escola Alegria do Saber (nome fantasia) que nos atendeu muito bem e colaborou com o nosso trabalho.

A professora Andréia Escarião que nos orientou neste trabalho com prontidão e responsabilidade.

A professora Sandra Santiago pelo carinho e ensinamentos.

A todos, nossa eterna gratidão.

Ana Karla Barreto Ferreira Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu senhor e salvador, pois ele é a razão da minha existência.

Ao meu esposo maravilhoso Jackson Michell Silva de Almeida Maciel, que sempre me compreendeu nos momentos de conflitos, e principalmente por me dar força e acreditar nas minhas conquistas.

Aos meus pais João Antônio de Macedo, em especial minha mãe Marineide Aquino de Macedo que sempre esteve em todos os momentos da minha vida, acreditando na concretização dos meus sonhos.

A professora Mestre Andréia Dutra Escarião, pelo seu compromisso e dedicação ao nosso trabalho.

A professora Sandra Santiago pelas orientações e carinho.

A Escola Alegria do Saber (nome fantasia), por ter aberto suas portas para a realização da nossa pesquisa. E as professoras que participaram dela, e que contribuíram bastante para a concretização do nosso Trabalho de Conclusão de curso.

Ana Carolina Aquino de Macedo

“O homem é um ser essencialmente social e histórico que, na sua relação com outros, em uma atividade prática comum, intermediado pela linguagem, se constitui e se desenvolve enquanto sujeito.”

Bakhtin

RESUMO

Este trabalho desenvolveu um estudo sobre a importância do brincar no processo de ensino e aprendizagem das crianças que estão no período da educação infantil, abordando também aspectos históricos tais como a origem da educação infantil no Brasil, desde o período colonial, uma vez que esta surgiu de forma assistencialista e higiênica, devido ao alto índice de mortalidade infantil, realidade esta que permaneceu por muitos anos. Já no Brasil Império, há a criação de uma Constituição Política, porém esta não demonstra interesses relacionados ao desenvolvimento das crianças. Após a Proclamação da República são criadas leis e a Constituição Federal de 1988, estas asseguram o atendimento das crianças de zero a seis anos de idade em creches e pré-escolas, onde há um aumento significativo das instituições infantis, tanto privadas quanto públicas, e a educação infantil passa a desenvolver atividades pedagógicas. Num segundo momento, há discussões em torno da importância das brincadeiras e dos jogos na educação das crianças pequenas, de acordo com Vygotsky. Por último, há a análise e resultados da pesquisa do tipo qualitativa, esta realizada com professores da educação infantil da Escola Alegria do Saber (nome fantasia), para a execução desta utilizou-se questionário como instrumento metodológico.

Os resultados demonstraram que as professoras que participaram da pesquisa compreendem e possivelmente executam em sala de aula o brincar, e utilizam os jogos de forma a contribuir para o crescimento psicomotor e intelectual da criança.

Palavras-chave: Educação Infantil, Brincadeiras, Professor.

RESUMEN

Este trabajo va a desarrollar un estudio sobre la importancia del juego en la enseñanza y el aprendizaje de los niños que están en el período de la educación infantil, abordando al mismo tiempo los aspectos históricos como el origen de la educación infantil en Brasil, este período colonial, ya que al parecer forma de bienestar e higiene, debido a la alta tasa de mortalidad infantil, una realidad que se mantuvo durante muchos años. En Brasil Imperio, es la creación de una Constitución, pero esto no demuestra interés relacionados con el desarrollo de los niños. Después de la proclamación de la República, se crean leyes y la Constitución de 1988, éstos aseguran el cumplimiento de los niños de cero a seis años de edad en guarderías y centros de educación preescolar, donde hay un aumento significativo en las instituciones infantiles, tanto públicas como privadas, y la educación niño comienza a desarrollar actividades educativas. En segundo lugar, discursões alrededor de la importancia del juego y los juegos en la educación de los niños pequeños, de acuerdo con teóricos como Vygotsky. Por último, está el análisis y los resultados del estudio cualitativo, esto a cabo con los maestros de kindergarten de la Escuela Alegría de Saber (nombre de fantasía), para la aplicación del cuestionario se utilizó como herramienta metodológica.

Los resultados mostraron que los profesores que participaron en la encuesta incluyen y posiblemente ejecutar juego aula, y utilizan el juego para contribuir al crecimiento psicomotor e intelectual del niño.

Palabras clave: Educación Infantil, Juego, profesor.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	11
II. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	13
III. A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR	22
3.1 Brinquedo	23
3.2 Papel Dos Educadores	24
3.3 Vygotsky E O Papel Da Brincadeira No Desenvolvimento Infantil	26
IV. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
4.1 Tipos de Pesquisa	30
4.2 Campos de Pesquisa	30
4.3 Instrumentos de Pesquisa	32
4.4 Análises de Dados	32
CONSIDERAÇÕES GERAIS	35
REFERÊNCIAS	37

ANEXO

APÊNDICE

I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivos, descrever como se deu o processo histórico da educação infantil no Brasil, a importância dos jogos e das brincadeiras para o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças no período da educação infantil, e analisar qual a concepção que os professores participantes da pesquisa têm em relação ao brincar, no cotidiano escolar das crianças.

Este tema foi escolhido devido a curiosidades e inquietações sobre o brincar como meio de aprendizagem e interação entre alunos da educação infantil, entretanto, as brincadeiras fazem parte da rotina das crianças, nas quais se apresentam como atividades espontâneas, possibilitando um aprendizado através do convívio com outras crianças e com objetos que se encontram no seu espaço, partindo-se do pressuposto de que segundo Vygotsky (1991)

A brincadeira tem um papel fundamental no desenvolvimento do próprio pensamento da criança. É por meio dela que a criança aprende a operar com o significado das coisas e dá um passo importante em direção ao pensamento conceitual que se baseia nos significados das coisas e não dos objetos. A criança não realiza a transformação de significados de uma hora para outra (p.54).

Entretanto, o brincar proporciona as crianças desenvolverem suas aprendizagens, habilidades motoras e sociais, além de assimilarem e respeitarem regras, possibilitando aos pequenos bem estar e autoestima. Através das brincadeiras as crianças vivenciam papéis reconstruindo seu cotidiano, vivenciando comportamentos e sentimentos.

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais (BRASIL, RECNEI, 1998, p.22).

O objetivo da educação infantil é fazer com que a criança sinta-se segura e acolhida no ambiente escolar, utilizando este novo espaço para ampliar suas relações sociais e afetivas, estabelecendo vínculos com as crianças e adultos ali presentes, a fim

de construir uma imagem positiva sobre si mesma e sobre os outros, respeitando a diversidade e valorizando sua riqueza; desenvolver a autonomia da criança para que ela seja capaz de realizar atividade sozinha, e em cooperação com outras pessoas, crianças e adultos. Desta forma, desenvolver a capacidade de começar a coordenar pontos de vista e necessidades diferentes dos seus, socializando-se; interagir com o seu meio (social, cultural, natural, histórico e geográfico) de maneira independente, alerta e curiosa. Isto é, estabelecendo relações e questionamentos sobre o meio ambiente, os conhecimentos prévios de que dispõe suas ideias originais e as novas informações que recebe; apropriar-se dos mais diferentes tipos de linguagem construídos pela humanidade (oral, escrita, matemática, corporal, plástica e musical), de acordo com as suas capacidades e necessidades, utilizando-se para expressar o seu pensamento e as suas emoções, a fim de compreender e comunicar-se com as outras crianças e os adultos.

A intensidade emocional da vida da criança pequena alcança seu zênite cerca do fim do terceiro ano. Nesta idade, toda emoção, por que passa a criança, é sentida com uma vivacidade e uma força, que nunca mais será, de novo, experimentada no decorrer de infância ou na vida adulta. Este deve ser o objetivo fundamental de qualquer ação educativa voltada para as crianças de 0 a 6 anos.

O presente estudo está dividido da seguinte forma, num primeiro momento será exposto um breve relato histórico da história da educação infantil no Brasil, enfatizando algumas leis e avanços que esta conquistou ao longo dos anos. Posteriormente, há uma discussão em torno do desenvolvimento da criança, estabelecendo um elo entre estas, e a importância do brincar. E por fim, o último capítulo apresenta os resultados obtidos, estes realizados por uma pesquisa qualitativa, em que foi aplicado um questionário com professoras da educação infantil, que lecionam na Escola Alegria do Saber (nome fantasia).

Este estudo tem como relevância, o brincar para o processo de desenvolvimento integral das crianças que estão no período da educação infantil, uma vez que, por meio da brincadeira, desenvolvem a autonomia, e a criatividade através de uma relação entre o jogo e a aprendizagem. Entretanto, é fundamental conscientizar não só os professores, mas também a família da importância das atividades lúdicas no desenvolver das crianças, e que as brincadeiras e os jogos permitem uma aprendizagem prazerosa, tendo em vista isto, ela não deve ser encarada apenas como lazer.

II. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A Educação Infantil no Brasil passou por diversas mudanças ao longo dos anos, esta surgiu primeiramente de forma assistencialista e higiênica, anos mais tarde, devido às mudanças econômicas e sociais provocadas pelas revoluções industriais que acarretou no mundo todo e pela importância da criança iniciar seu processo de socialização fora do ambiente familiar, esta se apresenta com caráter pedagógico.

Durante o período colonial no Brasil, não havia uma concepção de infância que proporcionasse às crianças o direito que todas elas deveriam ter. As crianças escravas que tinham entre seis e doze anos de idade já realizavam pequenos trabalhos, às crianças indígenas eram oferecidas algumas instruções, com o intuito de impregná-las sobre a cultura dos portugueses, e as crianças desta mesma faixa etária, sendo brancas, iniciavam os estudos de boas maneiras, gramática e matemática, além de se vestirem como os adultos, ou seja, havia uma grande diferenciação no tratamento das crianças brancas e escrava.

Havia uma distinção entre a criança da casa-grande e a criança escrava: para as primeiras, além da educação jesuíta oferecida a partir dos seis anos, era reservada instrução em casa para a aprendizagem das primeiras letras; para as demais, nenhum direito à educação, mas o dever de aprender algum ofício, também a partir dos seis anos.

Pois, a concepção presente durante muito tempo sobre a criança era de um adulto em miniatura, onde o papel que a criança exercia na sociedade era definido pelo pai. Neste período as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência, em alguns casos eram abandonadas, ao invés de serem mortas.

Segundo Santana:

Todo o período colonial brasileiro foi marcado pela ausência de uma concepção de infância que assegurasse às crianças o direito de serem efetivamente crianças, vivendo em companhia de suas famílias e tendo acesso à alimentação de qualidade, moradia digna, saúde e educação sem distinção social ou racial. (SANTANA, 2011, p.4)

Durante o período de colonização no Brasil, e com a chegada dos jesuítas no ano de 1549, surgiu o primeiro sistema educacional brasileiro, onde a pedagogia dos padres jesuítas é baseada no cristianismo, e apresenta uma visão santificada sobre a criança comparando-a com o menino Jesus, além disso, segundo Santana,

Os jesuítas tinham como objetivo principal divulgar o catolicismo e converter os nativos à fé cristã.

Por isso, eles preferiam catequizar as crianças pequenas para que elas influenciassem seus familiares. (SANTANA, 2011, p.3).

Para os jesuítas as crianças eram apenas receptoras de informações, sendo ignoradas como seres não capazes de produzir. Desde o descobrimento do Brasil até meados de 1874, pouco se fazia pela criança, durante este tempo as Câmaras Municipais do Brasil, repassavam uma quantia monetária para o acolhimento de crianças que se encontravam abandonadas, essa quantia era paga as criadoras e amas-de-leite, para cuidarem destas, e estas cuidadoras apresentavam as crianças para as autoridades governamentais. Ainda nesse mesmo período, surgem as primeiras instituições de assistencialismo a crianças abandonadas.

Em 1726, foi criada a primeira Casa de Exposto ou Roda, local em que eram deixadas algumas crianças de forma bastante precária. E para as crianças abandonadas maiores de dozes anos de idade, havia a Escola de Aprendizés Marinheiros, esta foi fundada pelo próprio Estado em meados de 1873.

Os trabalhos iniciais voltados para a educação infantil no Brasil apresentavam caráter higiênico e assistencial, eles eram realizados por médicos higienistas, por causa do alto índice de mortalidade infantil. Sendo assim, a educação infantil brasileira era direcionada às questões de saúde e ao assistencialismo.

Em 1896, foi inaugurado em São Paulo o primeiro jardim de infância, este denominado de Caetano Campos, pelo governador Bernardino de Campos. Apesar de este ter sido uma instituição gratuita, a sociedade que tinha acesso a ela era a elite. Entretanto, percebe-se uma grande deficiência em relação às políticas públicas voltadas para as classes menos favorecidas ao longo da história. Pois, Santana diz que:

Tal fato denota uma escassez histórica de políticas públicas direcionadas ao atendimento das classes menos favorecidas, além do abuso de poder na administração dos recursos públicos, uma vez que atendia a minoria da população. (SANTANA, 2011, p. 5)

No período do Império no Brasil, foi instituído um governo centralizado, com uma Constituição Brasileira que não apresentava atenção à criança, e nem a infância de maneira especial. A Constituição Política existente no Brasil durante o Império apresentava preocupações relacionadas com a menoridade do príncipe, devido às questões sobre as condições de poder, porém não havia qualquer interesse relativo ao desenvolvimento infantil.

Entre 1874 e 1889, houve uma transição de caridade para a filantropia, uma vez que, as ações deixam de ser religiosas para o assistencialismo, enfatizando uma maior preocupação voltada para a criança.

Em 1919, é constituído o Departamento da Criança no Brasil, este era de responsabilidade do Estado, porém na realidade ele era mantido por doações, e tinha como objetivos: construir relatórios em relação a situação da proteção a infância no país; organizar congressos; promover iniciativas de amparo à mulher grávida e à criança.

As instituições que atendiam as crianças até meados do ano de 1920 eram filantrópicas, além de apresentarem difícil acesso oriundo durante o período do Brasil Colônia e Império. Através da Abolição e a Proclamação da República, surge uma nova sociedade, fundamentada em ideias capitalistas e urbano-industrial. A partir de 1920, surgiu à democratização em relação ao ensino, ou seja, a educação significava possibilitar ascensão social.

Durante a década de 1930, ocorreram altos graus de nacionalização das políticas sociais, a centralização de poder, e também o Estado Brasileiro passa a buscar financiamento de órgãos particulares, pois estes colaborariam em relação à proteção da infância. Vários órgãos foram construídos para a assistência infantil, entre eles encontram-se: o Ministério da saúde, Ministério da educação e Previdência Social. Ainda neste período, iniciou-se o desenvolvimento de organizações de creches e de pré-escolas.

Na década de 30, foi criada a Constituição de 1937, esta diz que o Estado teria que providenciar a infância cuidados especiais, ou seja, cabia ao Estado o “cuidar” em vez de dever e direitos. Em 1940, é criado o Departamento Nacional da Criança, este tinha como objetivos determinar atividades relacionadas para a infância, a maternidade e a adolescência. Além da Constituição de 1946, nela há termos como amparo e assistência, “Ela defendia a educação como direito de todos e preceituou a descentralização no formato administrativo e pedagógico do sistema educacional brasileiro” (ANDRADE, 2010, p.88).

Durante 1950, o Departamento Nacional da Criança, desenvolveu várias campanhas sobre a vacinação, e o combate à desnutrição. Mas, em 1960 este departamento obteve um enfraquecimento, repassando algumas de suas atividades para outros setores. Ainda na década de 60, surgiu a Lei 4.024/1961. Nesta a educação infantil, deveria estar inserida no grau primário, e seu público alvo são crianças menores de setes anos de idade. O atendimento a elas deve ser em escolas maternas e jardins de infância,

segundo Andrade: “Previa também que as empresas organizassem diretamente ou em cooperação com o poder público a educação dos filhos de suas trabalhadoras com menos de sete anos” (ANDRADE, 2010p. 88).

Segundo Andrade:

Torna-se importante, ainda, pontuar que a história do atendimento relacionado à educação infantil no Brasil corresponde a múltiplas determinações da reprodução da vida social, visto que as instituições de educação da criança pequena estão em estreita relação com as questões que dizem respeito a história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção. (ANDRADE, 2010, p. 23)

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, as várias transformações estruturais ocorridas a partir de 1970, com uma pressão social por parte dos trabalhadores urbanos, há um aumento significativo de creches e pré-escolas, ou seja,

As creches têm assim uma expressiva contribuição para o movimento libertário das mulheres, possibilitando às mesmas compreender as armadilhas ideológicas que definiram o papel social da mulher como mantenedora do lar. (ANDRADE, 2010, p.92).

O atendimento para as crianças de zero a seis anos de idade passa a ser da seguinte maneira: as crianças ditas como pobres eram atendidas nas creches públicas, que ofereciam alimentação e cuidados de higiene, onde muitas vezes estes serviços eram prestados de forma precária; e em relação as crianças de classe alta, frequentavam as pré-escolas privadas, que desenvolviam com elas atividades educacionais direcionadas para os aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Diante disto observasse que:

A Educação Infantil tem sido marcada pelo dualismo. De um lado encontrasse um problema de natureza política externo à instituição, é a segregação social que delimita um modelo de educação para as crianças de classe alta e outro para as crianças de classes populares (o público e o privado) (SANTANA, 2011, p. 5)

Mesmo com esta distinção em relação às creches públicas e as pré-escolas privadas, haviam grandes dificuldades encontradas na educação infantil no Brasil, como a falta de políticas públicas bem definidas, profissionais sem formação pedagógica para atuarem junto às crianças, além da ausência da participação da família.

Há também outra problemática envolvendo a educação dos pequenos que “é de ordem pedagógica e acontece no interior das instituições escolares infantis, é a divisão entre o cuidar e o educar” (SANTANA, 2011, p. 5).

Ainda na década de 70, foi promulgada a Lei 5. 692, de 1971 esta se refere à educação infantil, colocando a como conveniente à educação em instituições de jardins de infância e maternais. Esta foi bastante criticada devido a sua superficialidade.

Em 1975, foi criada a Coordenação de Educação Pré-Escolar, pelo Ministério da Educação, com o objetivo de atender crianças de quatro a seis anos de idade. Já em 1977, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), no Ministério da Providencia e Assistência Social, esta tinha com principal objetivo dirigir o serviço das várias instituições que eram responsáveis pelo atendimento das crianças de zero a seis anos. Tais instituições eram de diversos tipos como: comunitárias, onde quem as sustentava eram associações de bairros; confessionais onde os responsáveis eram instituições religiosas; e filantrópicas estas mantidas por organizações beneficentes.

Através dos processos de redemocratização ocorridos na sociedade, possibilitou que os reflexos do movimento internacional em relação aos direitos dos pequenos, significou um avanço legal no Brasil. E a criança passou a ser vista como um ser histórico e social que possui direitos, estes assegurados por leis.

No ano de 1988, foi criada a Constituição Federal de 88 após muitas lutas e reivindicações pela democratização do Brasil, através dela a educação infantil passa a ser um direito de todos e de responsabilidade dos Municípios, e deve ser instituída ao sistema de ensino.

A Constituição de 88 traz para a educação infantil, um novo momento histórico, em relação às políticas pública, relacionadas para a legislação infantil, através do reconhecimento da criança como sendo um cidadão de direitos, onde os direitos da criança passam a ser assegurados não só pelo poder público, mas, também pela própria família e pela sociedade como um todo. Além de uma integração entre Municípios e Estados em relação a educação e a saúde, e a reafirmação do ensino público gratuito. Portanto, percebe-se que a década de 80, foi um marco histórico em relação a trajetória dos direitos da criança no Brasil.

Após a constituição, as creches tornam-se instituições educativas, onde esta é de direito da criança e da família, podendo elas usufruir de espaços para a realização da educação e cuidado dos pequenos. Segundo Andrade:

Compreendida em tempos passados como “mal necessário”, o benefício à mãe trabalhadora é reconhecido como instituição de educação infantil, não podendo mais se diferenciar das demais instituições de atendimento

às crianças pequenas quanto aos seus objetivos e ações. (ANDRADE, 2010, p. 91)

Em 1990, é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, a lei 8.069/90, através deste a infância e a adolescência são de responsabilidade dos municípios, onde há a criação das diretrizes municipais para o atendimento aos direitos da criança e do adolescente. Este faz uma substituição em relação ao assistencialismo de caráter corretivo e repressivo, ou seja, incorpora uma concepção de proteção à criança e ao adolescente.

Em seus Artigos 3º e 4º o ECA, refere-se aos direitos de educação, de saúde, à vida, das crianças e dos adolescentes, colocando como responsáveis pela efetivação de tais direitos, a família, o Poder Público, ou seja, toda a sociedade como um todo, visando uma melhor qualidade de vida para as crianças e os adolescentes.

Art. 3º – A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Art. 4º – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

O Estatuto da Criança e do Adolescente relata em seu artigo 53, que a criança e o adolescente têm direito a educação, e que esta contribui para o seu desenvolvimento, e também façam referências em relação aspectos educacionais, estes fundamentais para a educação como política pública. No artigo 54, enfatiza a questão da obrigatoriedade do atendimento as crianças de zero a seis anos de idade em creches e pré-escolas. Segundo Andrade, “O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, ainda, a criação de instrumentos na defesa do atendimento aos direitos das crianças e dos adolescentes, que são os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente” (ANDRADE, 2010, p.94).

Em 1993, foi criada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que passa também a reafirmar o dever do Estado, sobre a atenção à infância. Pois em seu artigo 2º, está descrito que: “A assistência social tem por objetivos: I) proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II) o amparo às crianças e adolescentes carentes”.

Após a Constituição Federal de 1988 e Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, foi criada a Lei De diretrizes E Bases Da Educação (9.394/96), esta conceitua a

educação infantil como sendo a primeira etapa da educação básica, em relação a isto Pereira e Teixeira dizem que:

A manutenção da educação infantil como primeira etapa da educação básica representa uma grande vitória das forças democráticas, haja vista que foi intenso e polêmico o debate em torno dessa questão, durante o processo de elaboração da lei, ressaltando que, em algumas versões do relatório do Senado Federal, chegou a ser retirada a educação infantil do âmbito da educação básica. (PEREIRA E TEIXEIRA, 1997, p.92)

Tendo em vista o pleno desenvolvimento das crianças de zero aos seis anos de idade, tanto em relação aos aspectos físicos e psicológicos quanto o social.

Em seu Artigo 30, A LDB 9.394/96, faz uma divisão em relação a faixa etária das crianças a serem atendidas pela educação infantil em duas etapas, sendo assim, a primeira está destinada as crianças de 0 a 3 anos de idade e devem ser atendidas em creches ou entidades equivalentes; e a segunda, para as crianças de 4 a 6 anos estas devem suas atividades em pré-escolas. Além desta divisão, a Lei 9.394/96, refere-se a criança como sujeito de direitos. E diz que as instituições de educação infantil (creches e pré-escolas) faz parte da educação básica brasileira, assim com o ensino fundamental e o ensino médio e deixam de pertencerem as Secretarias de Assistência Social. Após esta transição da educação infantil para as Secretarias Municipais de Educação, a educação infantil passa a ter como objetivo não só o cuidar, mas também o educar, as crianças de zero a seis anos de idade.

Durante a educação infantil, as crianças devem ser avaliadas de acordo com seu desenvolvimento integral, e não deve ocorrer à promoção ao ensino fundamental, como a Lei 9.394/96 dispõe em seu Artigo 31 “Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

Entretanto, apesar da educação infantil ter aproximadamente mais de um século de história, apresentando a função do cuidar e do educar, ela vai ser reconhecida como direito da criança e como primeira etapa da educação básica, após a década de 90, ou seja, o reconhecimento da criança como um indivíduo de direitos é bastante recente no Brasil, pois segundo Andrade:

A história dos direitos da infância, assim como a história da criança, é uma construção social configurada pelo caráter paradoxal quanto ao reconhecimento da necessidade do direito e aos entraves para sua efetivação. (ANDRADE, 2010, p.79)

Em 1994, o MEC, construiu algumas diretrizes para uma Política Nacional de educação Infantil, onde este realizou divulgações e publicações de diversos documentos, sobre o compromisso das creches e pré-escolas, Segundo Andrade:

A formulação da política de educação infantil reconhece o direito das crianças pequenas à educação, valorizando o papel da infância no desenvolvimento do ser humano e, sobretudo, a importância da educação na construção da cidadania. (ANDRADE, 2010, p.95)

Em 1998, foi construído o Subsídios Para o Credenciamento e o Funcionamento das Instituições de Educação Infantil, este se trata de um documento, que tem como objetivo colaborar para a construção de diretrizes para as instituições infantis. Também neste mesmo ano, o Ministério da Educação (MEC), cria o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (RECNEI), este tem como objetivo fornecer orientações para as instituições de educação infantil, e professores da área, em relação a práticas pedagógicas a serem trabalhadas com crianças de zero a seis anos de idade.

O Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil propõe ao professor de educação infantil que:

Cabe ao professor individualizar as situações de aprendizagem oferecidas às crianças, considerando suas capacidades afetivas, emocionais, sociais, cognitivas assim como os conhecimentos que possuem dos mais diferentes assuntos e suas origens socioculturais diversas. Isso significa que o professor deve planejar e oferecer uma gama variada de experiências que responda, simultaneamente, às demandas do grupo e as individualidades de cada criança. (BRASIL, RECNEI, 1998p. 32).

Entretanto, pode-se dizer em outras palavras que cada criança apresenta suas especificidades, e que o professor deve utilizar metodologias que permita o aprendizado de todos os alunos, respeitando suas próprias individualidades.

Através das leis e dos documentos referentes a educação infantil no Brasil, percebe-se que ocorreram avanços e conquistas em relação a educação dos pequenos como direitos, e que tais documentos estivessem reconhecidas no quadro das políticas públicas, porém ainda a muito a ser feito para que as criança tenham uma educação infantil de qualidade. Segundo Andrade:

No que se refere a esse aspecto, pesquisas e debates apontam a relevância da garantia do acesso à educação infantil e da formação de seus profissionais para que tenhamos uma educação infantil que assegure a condição da criança como sujeito de direitos. (ANDRADE, 2010.p.108).

No Ano 2000, a Câmara da Educação Básica e o Conselho Nacional de Educação, decidem por aprovar o Parecer nº 4./2000, pois este dispõe Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil, e apresenta aspectos normativos em relação à educação dos pequenos.

Tais aspectos são relevantes em virtude da Educação Infantil, reconhecida como etapa inicial da Educação Básica, guardar especificidades em relação aos demais níveis de ensino, que se traduz na dissociabilidade das ações de educar e cuidar em todos os âmbitos de atuação, o que inclui desde uma concepção de responsabilidade compartilhada entre família e poder público, definição de tipos de instituições, volume de serviços oferecidos, horários de funcionamento, até as ações que se desenvolvem diretamente com as crianças.

III. A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR

O brincar é uma das formas mais comuns do comportamento humano, principalmente durante a infância. Infelizmente, até há relativamente pouco tempo, o brincar era desvalorizado e menosprezado, destituído de valor a nível educativo. Com o evoluir dos tempos, atravessa-se uma mudança na forma como se percebe o brincar, e a sua importância no processo de desenvolvimento duma criança.

Atualmente, verifica-se uma maior preocupação com a formação das crianças: tanto pais, como educadores, procuram a melhor forma de as tornarem responsáveis, equilibradas, etc., contudo, não é raro esquecerem-se que o brincar pode ser uma "ferramenta", por excelência, para que a criança desenvolva essas qualidades.

Mais do que uma "ferramenta", o brincar é uma condição essencial para o desenvolvimento da criança. Através do brincar, ela pode desenvolver capacidades importantes como a atenção, a memória, a imitação, a imaginação. Ao brincar, exploram e refletem sobre a realidade e a cultura na qual estão inseridas, interiorizando-as e, ao mesmo tempo, questionando as regras e papéis sociais. O brincar potencia o desenvolvimento, já que assim aprende a conhecer, aprende a fazer, aprende a conviver e, sobretudo, aprende a ser. Para além de estimular a curiosidade, a autoconfiança e a autonomia, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da atenção.

Segundo Cunha (1994) através da brincadeira, as crianças ultrapassam a realidade, transformando-a através da imaginação. Desta forma, expressam o que teriam dificuldades em realizar através do uso de palavras. Os jogos das crianças não são apenas recordações do que veem os adultos fazerem. Elas nunca reproduzem de forma absolutamente igual ao sucedido na realidade. O que sucede é uma transformação criadora do percebido para a formação de uma nova realidade que responda às exigências e inclinações da própria criança, ou seja, uma reinvenção da realidade.

O brincar apresenta características diferentes de acordo com o desenvolvimento das estruturas mentais, existindo, segundo Piaget, 3 etapas fundamentais:

Dos 0 aos 2 anos de idade- Aqui ocorrem os chamados Jogos de Exercício. Neste período, a criança vai adquirindo competências motoras e aumentando a sua autonomia. Vai preferindo o chão ao berço, demonstrando alegria nas tentativas de imitação da fala... vai revelando prazer ao nível da descoberta do seu corpo através dos sentidos.

Elabora então as suas brincadeiras à volta da exploração de objetos através dos sentidos, da ação motora, e da manipulação - características dos "jogos de manipulação". Estes jogos oferecem sentimentos importantes de poder e eficácia, bem como fortalecem a autoestima. Deste modo, constituem peças fundamentais para o desenvolvimento global da criança.

Entre os 2 e os seis/sete anos de idade- A simbologia surge com um papel fundamental nas brincadeiras, como são exemplo o "faz de conta", as histórias, os fantoches, o desenho, o brincar com os objetos atribuindo-lhes outros significados, etc. Os jogos simbólicos são possíveis dado que, nesta fase, a criança já é capaz de produzir imagens mentais. A linguagem falada permite-lhe o uso de símbolos para substituir objetos.

O jogo simbólico oferece à criança a compreensão e a aprendizagem dos papéis sociais que fazem parte da sua cultura (papel de pai, de mãe, filho, médico, etc.).

Nos jogos com regras, os processos originados e/ou desenvolvidos são outros, uma vez que nestes o controlo do comportamento impulsivo é diferente e necessário. É a partir das características específicas de cada jogo que a criança desenvolve as suas competências para adaptar o seu comportamento, distanciando-o cada vez mais da impulsividade. Nestes jogos, os objetivos são dados de uma forma clara, devido à sua própria estrutura, o que exige e permite, por parte da criança, um avanço na capacidade de pensar e refletir sobre as suas ações, o que lhe permite uma auto avaliação do seu comportamento moral, das suas habilidades e dos seus progressos.

3.1 Brinquedo

Para Oliveira (1984) o brinquedo representa uma oportunidade de desenvolvimento. Ele traduz o real para a "realidade infantil", suavizando o impacto provocado pelo tamanho e força dos adultos, diminuindo o sentimento de impotência da criança. Os problemas que surgem na manipulação dos brinquedos, jogos, etc., fazem a criança crescer através da procura de soluções e alternativas. Por exemplo, um boneco pode ser um bom companheiro e aliado; uma bola, um promotor do desenvolvimento motor; um puzzle, estimular o desenvolvimento cognitivo; etc.

O desempenho psicomotor da criança enquanto brinca, por exemplo, a correr atrás duma bola, alcança níveis que só mesmo a motivação intrínseca consegue. Simultaneamente, estimula-se a atenção, a concentração e a imaginação e, por consequência, contribui para que fique mais calma, relaxada e aprenda a pensar, estimulando a sua inteligência e autonomia.

3.2 Papel Dos Educadores

O educador pode (e deve) estimular a imaginação das crianças, despertando ideias, questionando-as de forma a que elas próprias procurem soluções para os problemas que surjam. Além disso, brincar com elas, procurando estimular as crianças e servir de modelo, ajuda-as a crescer.

O brincar com alguém reforça os laços afetivos. Um adulto, ao brincar com uma criança, está-lhe a fazer uma demonstração do seu amor. A participação do adulto na brincadeira eleva o nível de interesse, enriquece e estimula a imaginação das crianças.

A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o “não brincar”. É através do brincar que a criança se relaciona com o mundo, com as pessoas que estão seu redor e com ela mesma. Segundo Brougère (2002) através das brincadeiras, ela expõe o que sabe e aprende coisas novas, de acordo com o ambiente em que ela está inserida. Essas categorias incluem: o movimento e as mudanças da percepção resultantes essencialmente da mobilidade física das crianças; a relação com os objetos e suas propriedades físicas assim como a combinação e associação entre eles; a linguagem oral e gestual que oferecem vários níveis de organização a serem utilizados para brincar; os conteúdos sociais, como papéis, situações, valores e atitudes que se referem à forma como o universo social se constroem; e, finalmente, os limites definidos pelas regras, constituindo-se em um recurso fundamental para brincar. Estas categorias de experiências podem ser agrupadas em três modalidades básicas, quais sejam brincar de faz de conta ou com papéis, considerada como atividade fundamental da qual se originam todas as outras; brincar com materiais de construção e brincar com regras.

As brincadeiras de faz de conta, os jogos de construção e aqueles que possuem regras, como os jogos de sociedade (também chamados de jogos de tabuleiro), jogos tradicionais, didáticos, corporais etc., propiciam a ampliação dos conhecimentos infantis por meio da atividade lúdica.

Por meio das brincadeiras os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular, registrando suas capacidades de uso das linguagens, assim como de suas capacidades sociais e dos recursos afetivos e emocionais que dispõem. A intervenção intencional baseada na observação das brincadeiras das crianças, oferecendo-lhes materiais adequados, assim como um espaço estruturado para brincar permite o enriquecimento das competências imaginativas, criativas e organizacionais infantis.

Cabe ao professor, organizar situações para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada para propiciar às crianças a possibilidade de escolherem os temas, papéis, objetos e companheiros com quem brincar ou os jogos de regras e de construção, e assim elaborarem de forma pessoal e independente suas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras sociais. É preciso que o professor tenha consciência que na brincadeira as crianças recriam e estabilizam aquilo que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e imaginativa.

Nessa perspectiva não se deve confundir situações nas quais se objetivas determinadas aprendizagens relativas a conceitos, procedimentos ou atitudes explícitas com aquelas nas quais os conhecimentos são experimentados de uma maneira espontânea e destituídos de objetivos imediatos pelas crianças. Para Brougère (2002) pode-se, entretanto, utilizar os jogos, especialmente àqueles que possuem regras, como atividades didáticas. É preciso, porém, que o professor tenha consciência que as crianças não estarão brincando livremente nestas situações, pois há objetivos didáticos em questão.

Através da brincadeira a criança: pesquisa; percebe; questiona; se orienta; cria normas; obedece as regras; imagina; resolve problemas; aprende a regular seu comportamento de acordo com as situações; a criança recria a realidade usando sistemas simbólicos; cria relações sociais com outros sujeitos; crianças e adultos.

Além de desenvolver: o seu aspecto físico motor, social, emocional, artístico, e o lúdico; percepção de mundo; interação; diversidade e individualidade; proximidade com as práticas sociais reais; aprendizagem significativa e conhecimentos prévios.

Os jogos podem fornecer oportunidades para explorarem aspectos da vida. Quando jogam ou criam os seus, as crianças terão uma compreensão maior de como o mundo funciona e de como poderão lidar com ele à sua maneira.

Os jogos podem ser afirmações do que está acontecendo, ou representações do que as crianças entendem. O jogo está presente no dia-a-dia do aluno. É através do jogo

que ele constrói grande parte de seu conhecimento, caracterizado pelo aspecto lúdico e prazeroso, e a interação com o outro é espontânea. Para Cunha (1994) com o jogo, a criança ultrapassa seus próprios limites, adquirindo autonomia na aprendizagem. Com recursos pedagógicos, a professora poderá utilizar-se de jogos e brincadeiras em atividades de leitura e escrita, matemática e outros conteúdos, devendo, no entanto, saber usar o jogo no momento oportuno.

Há várias vantagens de se usar o jogo no ambiente escolar tais como: Melhora a socialização entre os alunos; permite a criança a ser menos egocêntrica; a viver situações de competição e colaboração; desenvolver a capacidade de observação, comparando diferenças e semelhanças; aprender com mais facilidade e de modo agradável; apresentar algo desafiador para as crianças desenvolverem; aprender a trabalhar em grupo, respeitando o outro.

3.3 Vygotsky e o Papel da Brincadeira no Desenvolvimento Infantil

Vygotsky considera que na brincadeira de faz-de-conta, os objetos perdem a sua força determinadora sobre o comportamento da criança, que começa a agir independentemente daquilo que ela vê. Uma colher se transforma em um aviãozinho, um cabo de vassoura em um cavalo. Na brincadeira, a criança aprende a se comportar não somente pela percepção imediata dos objetos, ou pela situação que a afeta de imediato, mas pelo significado desta ação. A brincadeira fornece um estágio de transição em direção à representação, desde que um objeto seja um pivô da separação entre um significado e um objeto real.

Todavia, é a atividade da criança com o objeto, seus movimentos e seus gestos, que lhe atribui uma função de substituto adequado. A criança vai, pois, atingir uma definição funcional de conceitos ou de objetos. “O brinquedo provê, assim, uma situação de transição entre a ação da criança com objetos concretos e suas ações com significado.” (OLIVEIRA, 1984, p. 66).

A criança, por meio do brinquedo simbólico, pode atingir uma definição funcional de conceitos ou de objetos. A chave para toda a função simbólica da brincadeira infantil é, portanto, a utilização, pela criança, de alguns objetos como brinquedos e a possibilidade de executar com eles um gesto representativo.

A possibilidade de usar objetos para representar uma história em quadrinhos foi investigada por Vygotsky, que não encontrou tanta importância neste ato para o aprendizado como nas brincadeiras de faz-de-conta. Gradualmente, o objeto utilizado nas brincadeiras adquire função de signo, tornando-se independente dos gestos das crianças. Assim, Vygotsky considera a brincadeira de faz-de-conta uma grande contribuição para a aprendizagem da linguagem escrita pela criança.

A situação imaginária constitui, logo, a primeira manifestação da criança em relação às restrições situacionais. Ela possibilita que ela opere com um significado alienado numa situação real, renunciando atitudes por impulso, respeitando, pois, determinadas regras. De acordo com Cunha (1994) atributo essencial na brincadeira é que numa regra torna-se um desejo, ou seja, satisfazer as regras torna-se uma fonte de prazer, o que, no futuro, constituirá o nível básico de ação de ação real e moralidade do indivíduo. Ao brincar de escolinha, por exemplo, a criança seguirá todas as regras de uma escola.

O desenvolvimento da imaginação da criança associa-se diretamente à aquisição da fala, o que facilita a formação de representações sobre objetos e permite à criança imaginar um objeto que ela nunca viu antes. Por outro lado, do mesmo modo que há um desenvolvimento da relação significado-objeto, há desenvolvimento na relação significado-ação, ou seja, a criança aprende a separar-se de uma ação real através de uma outra ação, desenvolvendo a vontade, a capacidade de fazer escolhas conscientes, assim como operar com coisas que a levem ao pensamento abstrato. Crianças que lidam bem com o abstrato, com certeza não terão dificuldades na escola.

A criança em uma situação imaginária, uma reprodução da situação real faz da brincadeira muito mais a lembrança de algo que já lhe ocorreu do que uma situação imaginária nova. Para Carneiro (2007) a medida que a brincadeira se desenvolve, observamos um movimento em direção ao seu propósito. E, finalmente, surgem as regras, que irão possibilitar a divisão de trabalho e o jogo na idade escolar. Nesta idade, a brincadeira não desaparece, mas permeia atitude em relação à realidade.

O brincar não significa apenas recrear-se, antes pelo contrário, é a forma mais completa que a criança tem de comunicar consigo mesma e com o mundo. A criança precisa ter tempo e espaço para brincar. É importante proporcionar um ambiente rico para a brincadeira e estimular a atividade lúdica no ambiente familiar e escolar, lembrando que rico não quer dizer ter brinquedos caros, mas fazer com que elas

explorem as diferentes linguagens que a brincadeira possibilita (musical, corporal, gestual, escrita), fazendo com que desenvolvam a sua criatividade e imaginação.

É o brincar que aprende o que mais ninguém lhe pode ensinar. É dessa forma que ela se estrutura e conhece a realidade. Além de estar a conhecer o mundo, está-se a conhecer a si mesma. Ela descobre, compreende o papel dos adultos, aprende a comportar-se e a sentir-se como eles.

O ato de brincar segundo Almeida (2005) pode incorporar valores morais e culturais, em que as atividades podem promover a autoimagem, a autoestima, a cooperação, já que o lúdico conduz à imaginação, fantasia, criatividade e à aquisição dum sentido crítico, entre outros aspectos que ajudam a moldar as suas vidas, como crianças e, futuramente, como adultos.

É através da atividade lúdica que a criança se prepara para a vida, assimilando a cultura do meio em que vive, integrando-se nele, adaptando-se às condições que o mundo lhe oferece e aprendendo a competir, cooperar com os seus semelhantes: a conviver como um ser social.

Temos várias razões para brincar, pois sabemos que é extremamente importante para o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social da criança. É brincando que a criança expressa vontades e desejos construídos ao longo de sua vida, e quanto mais oportunidades a criança tiver de brincar mais fácil será o seu desenvolvimento. Segundo Carneiro e Dodge (2007, pág. 59), "... o movimento é, sobretudo para criança pequena, uma forma de expressão e mostra a relação existente entre ação, pensamento e linguagem". A criança consegue lidar com situações novas e inesperadas, e age de maneira independente, e consegue enxergar e entender o mundo fora do seu cotidiano.

Atualmente as crianças entendem por brincadeira os jogos eletrônicos, fazendo com que estas não se movimentem e as deixem estáticas e com isso vão ficando sedentárias e obesas. Com as brincadeiras tradicionais, como, por exemplo, pular corda, elástico, pique alto, etc., fazem com que as crianças se movimentem a todo tempo, gastando energia e dando liberdade para criar proporcionando alegria e prazer.

As razões para brincar são inúmeras, pois sabemos que a brincadeira só faz bem, e só não entendemos porque em muitos lugares isso incomoda tanto algumas pessoas, pais, professores..., sabemos que o brincar é um direito da criança, com apresentado na Lei 8.069, de Julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e do

Adolescente, acrescenta no Capítulo II, Art. 16º, Inciso IV, que toda criança tem o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se.

A criança tem o direito de brincar, pois está amparada por lei, e esta é mais uma razão para brincar, além das inúmeras que já citamos, porque o brincar favorece a descoberta, a curiosidade, uma vez que auxilia na concentração, na percepção, na observação, e, além disso, as crianças desenvolvem os músculos, absorvem oxigênio, crescem, movimentam-se no espaço, descobrindo o seu próprio corpo. O brincar tem um papel fundamental neste processo, nas etapas de desenvolvimento da criança. Na brincadeira, a criança representa o mundo em que está inserida, transformando-o de acordo com as suas fantasias e vontades e com isso solucionando problemas.

Para Cunha (1994), o brincar é uma característica primordial na vida das crianças, porque é bom, é gostoso e dá felicidade. Além disso, ser feliz e estar mais pré-disposto a ser bondoso, a amar o próximo e a partilhar fraternalmente, são outros pontos positivos dessa prática.

IV. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a concretização deste trabalho, houve primeiramente um levantamento bibliográfico, baseando-se em autores que discutem sobre a educação infantil, esta deu-se através de estudos em livros e artigos científicos, e num segundo momento, uma pesquisa de campo através de observações e questionário, aplicado a professoras da educação infantil. Tal pesquisa foi realizada numa abordagem qualitativa.

Segundo Gil, pesquisa é conceituada como:

“(…)procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.” (Gil, 2007, p.17)

4.1 Tipos de Pesquisa

Para a realização deste estudo utilizaremos a pesquisa qualitativa. Esta se caracteriza por uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construto profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Segundo Maanen, “ a expressão “pesquisa qualitativa” assume diferentes significados no campo das ciencias sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de signiicados. (MAANEM, 1979, p. 52).

4.2 Campo da Pesquisa

Esta pesquisa ocorreu numa escola pública cujo nome é Escola Alegria do Saber (nome fantasia), com duas professoras da educação infantil, uma trabalha com crianças de quatros anos de idade na turma do Pré I, a formação profissional desta é orientadora educacional e tem pós-graduação em educação. E a outra trabalha com crianças na faixa etária de cinco anos na turma do Pré II, e sua formação acadêmica é bacharelado em geografia. Esta pesquisa foi realizada apenas com duas professoras, devido ao pouco tempo disponível para a concretização dela.

A Escola Alegria do Saber foi fundada em 21 de setembro de 1988. Esta iniciou suas atividades em fevereiro de 1990. Já em 2008 passa a atender também o ensino fundamental com turmas do 1º e 2º ano, através da elaboração de novo Projeto Político-Pedagógico, Proposta Curricular e Regimento. A Escola Alegria Do Saber (nome fantasia) apresenta uma proposta teórico-metodológica e um planejamento de caráter participativo através de temas geradores que emergem da realidade dos alunos, onde estes são vistos como sujeitos sociais, que apresentam a capacidade de produzir conhecimentos.

Quadro 1:

O espaço físico da escola classifica-se em:

Ambiente I- interno	Ambiente II – interno	Ambiente III - interno	Ambiente IV- externo
01 sala da Coordenação 01 secretária 01 sala do Serviço Social 01 sala de Professores 01 sala de espera 01 sala de apoio e manutenção 02- banheiros para adultos 01 almoxarifado 01 cozinha	01 sala de enfermaria 01 gabinete médico 01 sala de nutrição 02 banheiros para crianças 01 Brinquedoteca: - sala de leitura - sala de brincar - sala de jogos - sala de televisão - sala de artes 01 pátio coberto com dois ambientes	7 salas de aulas 04 banheiros crianças 01 pátio coberto 01 sala de coordenação pedagógica 01 área livre 01 de jardinagem 01 área de convivência social	01 parque com trem, brinquedos com areia 01 área ampla de areia com brinquedos de escorrego.

	01 área de convivência social		
	01 sala de aula com dois ambientes e banheiros internos		

4.3 Instrumentos Da Pesquisa

Os Instrumentos utilizados para a realização da pesquisa foram; a observação, pois esta fornece bastantes informações ao pesquisador, além de ser uma técnica que deve ser planejada e registrada, levando em conta o contexto no qual está sendo realizada. Caso não haja estes cuidados, a observação poderá ser apenas um conjunto de curiosidades, sem agregar-se ao conhecimento do sujeito observador. No questionário, utilizado na pesquisa de caráter qualitativa, geralmente as informações são coletadas através de um roteiro. Segundo Chizzotti, questionário consiste em:

Um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemáticas e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre o assunto que os informantes saibam opinar e informar. É uma interlocução planejada. (CHIZZOTTI, 1991, p. 55)

4.4 Análises de dados

Os dados sobre os jogos e as brincadeiras foram coletados através de um questionário realizado com professoras da Escola Alegria Do Saber (nome fantasia). No qual duas professoras da educação infantil se propuseram a responder às nossas questões. Sendo uma do Pré I, que trabalha com crianças de 4 anos, e outra do Pré II que trabalha com crianças de 5 anos.

A professora que trabalha no Pré-I conceitua jogos e brincadeiras como “O jogo é uma atividade lúdica que tem valor educacional{...} e brincar é sinônimo de aprender, pois o brincar e o jogar geram um espaço para pensar”. Quando nos referirmos a ela sobre algum teórico que discutisse a importância do lúdico na vida das crianças respondeu da seguinte maneira: “Piaget; Negrine; Pinto e Lima; Kishimoto; Vygotsky; Santos; dentre

outros, ao abordarem que a formação lúdica valoriza a criatividade, o cultivo da sensibilidade e a busca da afetividade”. Segundo a docente ensinar através da brincadeira é uma boa opção pois “O lúdico e o brincar, são dimensões fundamentais no processo de ensino e aprendizagem, na educação básica”.

Ao ser questionado sobre a importância dos jogos e das brincadeiras na vida das crianças ela responde dizendo o seguinte “Além de tornarem o ambiente escolar prazeroso, influenciam na formação das crianças, o prazer, a criatividade, a coordenação motora, o gostar da sala de aula, o encantamento pelo ato de estudar”.

Visto que os jogos e brincadeiras tem papel fundamental no desenvolvimento das crianças, vale ressaltar que segundo o RECNEI:

As brincadeiras de faz-de-conta, os jogos de construção e aqueles que possuem regras, como os jogos de sociedade (também chamados de jogos de tabuleiro), jogos tradicionais, didáticos, corporais etc., propiciam a ampliação dos conhecimentos infantis por meio da atividade lúdica. É o adulto, na figura do professor, portanto, que, na instituição infantil, ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças. Conseqüentemente é ele que organiza sua base estrutural, por meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, da delimitação e arranjo dos espaços e do tempo para brincar. Por meio das brincadeiras os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular, registrando suas capacidades de uso das linguagens, assim como de suas capacidades sociais e dos recursos afetivos e emocionais que dispõem. (BRASIL, RECNEI, 1998, p. 28. v.3).

Ela diz também que quando as “brincadeiras são planejadas, sistematizadas, considerando a realidade dos educandos” as crianças tendem a terem mais facilidades no processo de ensino e aprendizagem. E por fim ao perguntarmos em relação ao espaço físico da escola, ela finaliza com a seguinte frase “Precisa ser ampliado, melhor planejado, em termos de infraestrutura, considerando a demanda de alunos na atualidade”. Através das questões respondidas por esta, conclui-se que ela considera o ato de brincar como sendo um meio importante e prazeroso no processo de ensino e aprendizagem das crianças, além de contribuir para o desenvolvimento integral delas.

Já a que trabalha no Pré II, define jogo e brincadeira da seguinte maneira: “jogo é uma atividade com regras que definem uma disputa e brincadeira é o ato ou efeito de brincar, entreter-se, distrair-se com um brinquedo ou jogo. O jogo é uma brincadeira com regras e a brincadeira, é um jogo sem regras. O jogo se origina do brincar e é o próprio

brincar”. Ao perguntamos se já leu algum teórico que discuta a importância do lúdico na vida as criança, e ela nos respondeu que já leu vários teóricos, mas que não se recorda do nome de nenhum deles. Para ela a brincadeira é um facilitador para a aprendizagem, pois estimula o interesse. Em sua visão os jogos e as brincadeiras ajudam a criança no seu desenvolvimento físico, afetivo, intelectual e social, pois através deles as crianças formam conceitos, estabelecem relações lógicas, desenvolvem expressão oral e corporal, reduzem a agressividade, integram-se socialmente e constroem seu próprio conhecimento. E ainda concorda que as crianças têm mais facilidade para aprender através da brincadeira, entretanto a aprendizagem tem muito mais significado para a criança quando ela consegue fazer relações com o seu cotidiano, sua história de vida, e quando essa aprendizagem é acompanhada de momentos prazerosos, que envolvam atividades diferenciadas, envolvendo a ludicidade. De acordo com o RECNEI:

Para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada (BRASIL, RCNEI, 1998, p.27).

Ela completa dizendo que a Escola oferece aos alunos um espaço externo adequado, mas em sala de aula há dificuldades para realizar alguns tipos de jogos e brincadeiras, uma vez que a sala de aula é pequena para este tipo de realização e/ou inadequada.

Mediante as respostas que por ela foram dadas no questionário, pode-se observar que há uma compreensão por parte dela no que tange ao significado do brincar e da importância que tem os jogos para o desenvolvimento das crianças na fase infantil.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este trabalho procurou abordar questões a respeito da importância do brincar em função do desenvolvimento das crianças que se encontram no período da educação infantil, e quais as concepções e pontos de vistas das professoras que participaram deste como sujeitos da pesquisa.

Através da realização da pesquisa de campo, pode ser observado que os docentes participantes desta, afirmam a importância dos jogos e das brincadeiras no cotidiano escolar dos pequenos, e como eles influenciam positivamente no desenvolver do processo de ensino e aprendizagem deles.

De acordo com o questionário respondido pela professora do Pré I, compreendesse que ela tem conhecimentos sobre teóricos que discutam o brincar na educação infantil, e que as atividades de ludicidade proporcionam valores educacionais e possibilitam a criatividade e a afetividade entre os sujeitos envolvidos. Já em relação a docente do Pré II, realizou bastantes leituras sobre tais teóricos, porém não recorda-se do nome deste, mas para ela o brincar é essencial para o desenvolver das crianças, pois além de possibilita o desenvolvimento físico, afetivo entre outros, proporciona também a construção de conceitos.

Resgatar e utilizar jogos e brincadeiras como um meio educacional é um avanço para a educação. Temos que tomar consciência, e ao mesmo tempo utilizar como instrumento curricular, descobrindo nele fonte de desenvolvimento e novos caminhos para a aprendizagem. Porém, é preciso que os professores tenham conhecimentos de que, tanto as brincadeiras dirigidas quanto as espontâneas, contribuem muito para o desenvolvimento das crianças.

Ao longo deste trabalho foi possível destacar, portanto, a importância em propiciar as crianças situações de jogos e brincadeiras para que se apropriem de forma lúdica de conhecimentos diversos. A educação infantil é o espaço onde a criança recebe estímulos e se desenvolve nos diferentes aspectos, afetivo, motor, cognitivo, entre outros. Nesta perspectiva podemos destacar a importância do ensino infantil, como uma das etapas mais importantes para o desenvolvimento integral da criança. E que as atividades lúdicas proporcionam ao espaço escolar uma interação entre o fazer pedagógico e a aprendizagem infantil. E que as brincadeiras sendo adotadas como uma proposta curricular, permitir aos pequenos a base para a compreensão da realidade concreta. Ressaltamos ainda que, o

professor deve oferecer momentos que envolvam jogos e brincadeiras, onde ele seja observador e participante destes, e assim oportunizando que a criança desenvolva sua autonomia.

Entretanto, através deste estudo foi possível perceber que, os jogos e as brincadeiras podem ser ferramentas pedagógicas bastante produtivas e criativas, se utilizadas com planejamento, além de possibilitar que as crianças se desenvolvam e aprendam de forma prazerosa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. T. P. **O Brincar na Educação Infantil**. Revista Virtual EFArtigos. Natal/RN – volume 03 – número 01 – maio, 2005.

ÁRIES, Filipppe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ANDRADE, LBP. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

AZEVEDO, Heloísa Helena; SILVA, Lucia Isabel da C. **Concepção de Infância e o Significado da Educação infantil**. Espaços da escola. Unijuí, n.34, ano 9. Out/Dez,

BENJAMIM, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

BRASIL. **Referencial Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, vol. 1-3.

BROUGÈRE, G. **Jogo e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BROWN, Guilherme. **Jogos cooperativos: teoria e prática**. São Leopoldo: Sinodal, 1.994

CARNEIRO, Maria Ângela Barbato e DODGE, Janine J. **A descoberta do brincar**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2007.

CUNHA, Nyelse Helena Silva. **Brinquedoteca: um mergulho no brincar**. São Paulo: Maltese, 1994.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa **em ciências humanas e sociais**. São Paulo.

Cortez, 1991.

SANTANA, Djanira Ribeiro Santana. ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.7, N.12; 2011 Pág. 1INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: **PERCURSOS E PERCALÇOS**.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez 1998.

MAANEN, John, Van. **Reclaiming qualitative methods for organizational research**: a preface, In Administrative Science Quarterly, vol. 24, no. 4,December 1979a, pp 520 526.

NUNES, Maria Fernanda Rezende. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica** / Maria Fernanda Rezende Nunes, Patrícia Corsino e Vital Didonet. – Brasília: 2001

OLIVEIRA, Paulo Sales. **O que é brinquedo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Firmino Fernandes. **Atuação Psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Et al. 13. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GIL, A. C. Como **elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. GOLDENBERG

PEREIRA, E. W., TEIXEIRA, Z. A. **A educação básica redimensionada**. In: BRZEZINSKI, I. (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.

PICKARD, Phyllis Marguerite. **A criança aprende brincando**; tradução de Noé Gertel. São Paulo, IBR ASA, 1975.

MATHIAS, Elaine Cristina Bio Mathias. Revista Interfaces: ensino, pesquisa e extensão. **A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: AVANÇOS, DESAFIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS**. Ano 1, nº 1, 2009

UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

VERONESE, Josiane Rose Petry; CUSTÓDIO, André. Viana. **Direito da Criança e do Adolescente**: para concurso de Juiz do Trabalho. São Paulo: Edipro, 2011

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes 1991.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ANEXO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE/UFPB
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO

Senhores gestores,

Solicitamos a autorização para que professores da educação infantil

possam participar desta pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como finalidade analisar a importância do brincar para o desenvolvimento das crianças da educação infantil, através da aplicação de questionários realizados com os docentes. Trata-se de um TCC em Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

A coleta de dados será feita através da análise dos questionários aplicados.

Será garantido o sigilo dos dados obtidos e o anonimato dos participantes da pesquisa. A participação dos docentes, será de grande contribuição para os estudos sobre o brincar na educação infantil.

Estamos à disposição para outros esclarecimentos que poderão ser obtidos pelos telefones: (83) 8613-2096. Com as pesquisadoras ou com a orientadora Prof. Ms. Andréia Dutra Escarião- (83). 3216.7476.

Certos de sua anuência e valiosa cooperação agradecemos antecipadamente.

Cordialmente,

João Pessoa, 13 de agosto de 2013

Ana Carolina Aquino de Macedo

Graduanda em Pedagogia – UFPB

Ana Karla Barreto Ferreira Silva

Graduanda em Pedagogia – UFPB

Autorização concedida: () Sim () Não

Assinatura do responsável: _____

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

GRADUANDAS: ANA CAROLINA AQUINO DE MACEDO - 10926221

ANA KARLA BARRETO FERREIRA SILVA – 10926209

PROFESSORA: ANDRÉIA ESCARIÃO

Questionário Para Professoras da Educação Infantil

1. Qual a sua formação profissional?
2. Como você define jogo e brincadeira?
3. Você já leu algum teórico que discuta a importância do lúdico na vida da criança? Qual?
4. Ensinar através de brincadeiras é uma boa opção?
5. Na sua visão que importância tem os jogos e as brincadeiras na vida das crianças?
6. As crianças têm mais facilidade para aprender através de brincadeiras?
7. A escola possui um espaço adequado para as brincadeiras?